

ANO II - EDIÇÃO Nº 234 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quinta-Feira, 02 de março de 2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 132/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando a solicitação dos Promotores de Justiça Airton Amílcar Machado Momo e Rodrigo Grisi Nunes, protocolo nº 07010154157201731;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça RODRIGO GRISI NUNES para responder, cumulativamente, pela 7ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no período de 01 a 03 de março de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 24 de fevereiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 133/2017

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE :

Art. 1º ESTABELEECER lotação ao servidor LEONARDO FRANCISCO UMINO, Analista Ministerial - Especialidade: Ciências Jurídicas, da 10ª Promotoria de Justiça da Capital, para o NIS – Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional do Ministério Público, a partir de 01 de março de 2017.

Art. 2º REVOGAM-SE as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 24 de fevereiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 134/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça Substituto

ROGÉRIO RODRIGO FERREIRA MOTA para atuar nas audiências da 3ª Promotoria de Justiça da Capital, no dia 03 de março de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas - TO, 1º de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 01/2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 09/2016.

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Promotor Sidney Fiori Junior.

FUNDAMENTOS: art. 127, 129, II e III da CF/88; art. 194, inciso II e III, do art. 81 da Lei 8.069/90.

ORIGEM: Representação feita pela Sra. Luciana Pereira.

FATOS EM APURAÇÃO: Visa apurar a denúncia de venda de álcool e drogas por adolescentes em conveniências, na cidade de Araguaína-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 29 de novembro de 2016.

23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA ICP nº. 09/2017-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85; art. 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 4º, do Código de Defesa do Consumidor.

ORIGEM: Notícia de Fato nº. 2016.6.29.23.039

FATO EM APURAÇÃO: Possível dano à ordem urbanística decorrente da ausência de conservação das vias públicas e da ausência de galerias pluviais adequadas nesta Capital.

INVESTIGADOS: MUNICÍPIO DE PALMAS/TO.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 10 de fevereiro de 2017.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 10 de fevereiro de 2018.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA ICP nº. 010/2017-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 1º, inciso II c/c art. 5º, inciso I, da Lei 7.347/85; art. 182, da Constituição Federal.

ORIGEM: Notícia de Fato nº. 2016.6.29.23.0125

FATO EM APURAÇÃO: Possíveis irregularidades e infrações às normas de segurança nas obras de ampliação do PALMAS SHOPPING, nesta Capital.

INVESTIGADOS: N.M.B. SHOPPING CENTER LTDA e COLÉGIO INTERAÇÃO VOZES ATIVAS LTDA – EPP.

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 13 de fevereiro de 2017.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 13 de fevereiro de 2018.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA ICP nº. 011/2017-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, §1º, da Lei 7.347/85; art 1º, inciso II c/c art. 5º, inciso I, da Lei 7.347/85; art. 182, da Constituição Federal.

ORIGEM: Notícia de Fato nº. 2016.6.29.23.0116

FATO EM APURAÇÃO: Possível dano à ordem urbanística decorrente da implantação de loteamento advindo do parcelamento ilegal do solo, em área não permitida e seu licença dos órgãos ambientais competentes, denominado "Loteamento Água Fria", nesta Capital.

INVESTIGADOS: VALDEMAR DA SILVA e o MUNICÍPIO DE PALMAS/TO.

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 13 de fevereiro de 2017.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 13 de fevereiro de 2018.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA ICP nº. 012/2017-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, §1º, da Lei 7.347/85; art 1º, inciso II c/c art. 5º, inciso I, da Lei 7.347/85; art. 182, da Constituição Federal.

ORIGEM: Notícia de Fato nº. 2016.6.29.23.0116

FATO EM APURAÇÃO: Possível dano à ordem urbanística decorrente da omissão dos Entes Públicos responsáveis pela regularização fundiária do Setor Irmã Dulce, bem como pela implementação de infraestrutura básica no referido loteamento.

INVESTIGADOS: MUNICÍPIO DE PALMAS/TO e o ESTADO DO TOCANTINS.

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 13 de fevereiro de 2017.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 13 de fevereiro de 2018.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA ICP nº. 013/2017-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, §1º, da Lei 7.347/85; art 1º, inciso II c/c art. 5º, inciso I, da Lei 7.347/85; art. 182, da Constituição Federal.

ORIGEM: Notícia de Fato nº. 2016.6.29.23.0116

FATO EM APURAÇÃO: Possível dano à ordem urbanística consistente na possível concessão irregular de direito real de uso e ocupação de Área Pública Municipal, situada na APM-8, da Quadra 606 Sul, nesta Capital, a Associação Desportiva.

INVESTIGADOS: MUNICÍPIO DE PALMAS/TO e ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA ATENAS

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 13 de fevereiro de 2017.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 13 de fevereiro de 2018.

QUEREMOS OUVIR VOCÊ!

OUVIDORIA MPE
Sugira • Denuncie • Questione

(63) 3216-7598
(63) 3216-7575
www.mpto.mp.br
ouvidoria@mpto.mp.br